

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**ATA DE REUNIÃO****Data:** 27.02.2018**Local:** Gabinete 706 – Desembargador Luiz Alberto de Vargas**Presenças:** Desembargador Luiz Alberto de Vargas (Presidente), Desembargadora Laís Helena Jaeger Nicotti, Juiz do Trabalho Guilherme da Rocha Zambrano (integrantes da Comissão) e servidor Inácio do Canto Rocha Filho (Diretor Substituto da SECOM).**Secretária:** Tatiana Duarte Pina (AGE)**Pauta:**

- FUNPRESP – divulgação de *release*;
- Entrevista sobre questões previdenciárias com a advogada Marinilda Pradella;
- Dia Internacional da Mulher: entrevista com professora mineira Maria Cecília Máximo Teodoro;
- Nossas Histórias – retomada;
- Orçamentos – estúdio de TV;
- Pedido de informações sobre ações trabalhistas contra o Sport Club Internacional (Zero Hora);
- Manutenção do procedimento de matérias exclusivas para o grupo RBS;
- Pedido de divulgação da nova pesquisa de saúde do SINTRAJUFE–RS;
- Posts Direito do Trabalho;
- NUPEMEC – informativo dos CEJUSCs;
- Pauta: Pejotização enquanto resultado da desigualdade tributária;
- Publicação de decisões judiciais;
- *Clipping* – notícias sobre auxílio–moradia.

Horário: 14h – 15h30min

Aos 27 dias do mês de fevereiro de 2018, no gabinete 706 do prédio–sede do TRT da 4ª Região, ocorreu reunião ordinária da Comissão de Comunicação Social e Relações Institucionais, com as presenças acima mencionadas. Des. Vargas iniciou a reunião tratando dos itens da pauta, conforme registro que segue:

– **FUNPRESP – divulgação de *release*:** houve debates sobre a questão previdenciária de magistrados e servidores. Des. Vargas entende que a questão deve ser tratada por meio das associações de classe, já que cada entidade possui a sua estratégia. Dr. Zambrano manifestou que não há consenso entre os magistrados sobre o tema, sendo respondido pelo Des. Vargas a necessidade de criação de uma consciência de classe. Dr. Zambrano informou que o *release* é o mesmo divulgado pela AMATRA IV, que está oferecendo consultoria sobre o tema com advogado contratado. Para fins de atuação da Comunicação Social do Tribunal, ficou deliberada a não divulgação do *release* elaborado pela ANPR, que é o mesmo disponibilizado pela

ANAMATRA e AMATRA IV. Em relação aos servidores, ficou deliberado que Inácio fará contato com o SINTRAJUFE-RS, questionando se existe material análogo e oferecerá espaço para a divulgação nos canais de comunicação do Tribunal;

– **Entrevista sobre questões previdenciárias com a advogada Marinilda Pradella:** Inácio informou que a advogada se dispôs a conceder entrevista sobre questões previdenciárias, por e-mail. A Comissão deliberou por aceitar a entrevista, sendo incumbida feita divulgação para a coleta de perguntas a serem direcionadas à advogada. Deve ser dada preferência a perguntas genéricas e não de casos específicos;

– **Dia Internacional da Mulher: entrevista com professora mineira Maria Cecília Máximo Teodoro:** trata-se de sugestão enviada pelo Exmo. Desembargador Ricardo Carvalho Fraga, Vice-Presidente. A Comissão aprovou a publicação de resumo da palestra, que trata da proteção do trabalho da mulher, bem como as seguintes ações para a comemoração da data: envio de cartões via e-mail e publicação de texto contendo depoimentos de magistradas, servidoras, estagiárias e trabalhadoras terceirizadas. As magistradas serão as Desembargadoras Vania Cunha Mattos, Presidente, e Laís Helena Jaeger Nicotti, Ouvidora, bem como a Juíza do Trabalho Raquel Nenê dos Santos, coordenadora do Comitê de Equidade. A servidora então sugerida pela Desa. Laís é ocupante do cargo de agente de segurança. A SECOM buscará uma representante das estagiárias e das trabalhadoras terceirizadas. Inácio também contatará o Comitê Gestor de Gênero, Raça e Equidade, para participar das atividades. O objetivo é fazer uma pauta feminina e não feminista;

– **Nossas Histórias – retomada:** Inácio informou que a SECOM pretende retomar as entrevistas da editoria “Nossas Histórias”, que, via de regra, eram feitas com servidores. A Comissão aprovou a continuidade das entrevistas, sugerindo nomes dos ex-presidentes do Tribunal, Alcina Surreaux e Ronaldo José Lopes Leal, bem como a Decana do Tribunal, Desembargadora Rosane Serafini Casa Nova. Serão entrevistados, também, servidores que completaram 30 anos de trabalho na Instituição, cuja listagem será obtida junto à SEGESP;

– **Orçamentos – estúdio de TV:** dando continuidade ao tema tratado na reunião anterior, Inácio informou que existem dois orçamentos para a construção de um estúdio de TV no Tribunal (que poderia ser utilizado pela SECOM e pela Escola Judicial para a gravação de aulas dos cursos à distância), assim como para a instalação de equipamentos de filmagens e transmissão das sessões ocorridas no Plenário, salas de sessão do prédio sede e auditório Ruy Cirne Lima. Os orçamentos são nos valores de R\$ 1.2 milhões e R\$ 5 milhões. Dada a diferença de valores, Inácio propôs a realização de reunião com as áreas técnicas do Tribunal (SEMPRO e SETIC) para tratar da questão. Des. Vargas manifestou que as necessidades para a Comunicação são menores do que as do Tribunal como um todo, razão pela qual entende necessário que o

assunto seja tratado com a Presidência. Dr. Zambrano sugeriu verificar os custos da contratação de empresa terceirizada por sessão, que podem ser mais econômicos;

– **Pedido de informações sobre ações trabalhistas contra o Sport Club Internacional (Zero Hora):** Inácio informou à Comissão o pedido de um jornalista da Zero Hora para que o Tribunal informe a listagem de processos em tramitação contra o clube. Informou que possuem diretrizes para divulgar apenas o quantitativo de processos, mas não a relação e questionou sobre a manutenção do procedimento. A Comissão deliberou que não será fornecida nenhuma informação sobre tramitação de processos a jornalistas, nem o quantitativo de ações. Inácio argumentou que o Tribunal editou provimento sobre a Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas, documento que qualquer cidadão pode requerer, mediante pagamento de emolumentos, em que são listados processos de reclamadas, mediante fornecimento do CNPJ da empresa. Des. Vargas manifestou que apenas a parte interessada pode obter esse tipo de informação. Desa. Laís manifestou que, na Ouvidoria, indefere todos esses tipos de pedidos, inclusive os encaminhados pela Lei de Acesso à Informação, por entender, também, que apenas a parte interessada deve ter acesso a esse tipo de informação, para evitar a formação das “listas sujas”;

– **Manutenção do procedimento de matérias exclusivas para o grupo RBS:** Inácio questionou se a SECOM pode continuar com a linha de relação com os jornais já existe, que consiste na divulgação de notícias exclusivas para o grupo RBS, que servem de fonte para outros veículos de comunicação. A Comissão deliberou que o procedimento pode ser mantido;

– **Pedido de divulgação da nova pesquisa de saúde do SINTRAJUFE–RS:** Inácio informou que o SINTRAJUFE–RS, em reunião com a Exma. Desembargadora–Presidente, requereu a divulgação de realização de nova pesquisa de saúde. A Comissão aprovou o pedido;

– **Posts Direito do Trabalho:** Inácio informou que se tratam de pequenas inserções sobre tema do Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. As publicações foram interrompidas, em razão da reforma trabalhista. Questionou à Comissão se os Posts podem ser retomados, em razão da aprovação da Lei nº 13.467/2017. Tendo em vista que ainda há pontos controvertidos sobre a reforma, ficou deliberado que os Posts serão retomados, inicialmente tratando de questões não alteradas. As minutas de texto serão enviadas para aprovação da Comissão;

– **NUPEMEC – informativo dos CEJUSCs:** Inácio informou que o NUPEMEC vai solicitar auxílio da SECOM para a criação de um informativo das atividades dos CEJUSCs de primeiro e segundo graus. A Comissão aprovou a solicitação;

– **Pauta: Pejotização enquanto resultado da desigualdade tributária:** foi sugerida a elaboração de artigo sobre o tema. Dr. Zambrano conversará com alguns colegas sobre a elaboração de artigo conjunto sobre o tema. Requereu que o assunto seja reiteradamente

tratado pela Comunicação, com divulgação periódica nas mídias disponíveis (*site* TRT4, Portal VOX e Facebook). Inácio sugeriu que o artigo seja publicado no jornal Zero Hora;

– **Publicação de decisões judiciais:** Inácio enviará algumas ementas de decisões para deliberação da Comissão, via e-mail. A diretriz dada pela Comissão à SECOM é que esse tipo de publicação não estimule a litigiosidade na Justiça do Trabalho e que enalteça a ilicitude cometida e não a indenização por ventura concedida;

– **Clipping – notícias sobre auxílio-moradia:** a Comissão deliberou que notícias referentes ao tema serão excluídas do *Clipping*.

A próxima reunião da Comissão fica agendada para o dia 15 de março de 2018, às 14h, no gabinete do Desembargador Vargas. Reunião encerrada às 15h30min. Ata redigida pela servidora Tatiana Duarte Pina, Assistente da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais e encaminhada eletronicamente para validação~~~~~